

EDIÇÃO ESPECIAL

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

É com grande entusiasmo que apresentamos à comunidade acadêmica e policial o suplemento especial da Revista Brasileira de Segurança Pública, composto pelo dossiê coordenado por Marlene Inês Spaniol, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e Fernanda Bestetti de Vasconcellos, todos integrantes do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC) e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (Inct-INEAC).

O dossiê reúne artigos sobre a formação profissional de diferentes agentes que compõem a segurança pública, o que nos parece uma temática deveras importante, num contexto em que assistimos a um enorme retrocesso na maneira com que várias autoridades públicas, especialmente no momento da campanha eleitoral que se aproxima, abordam a questão da socialização profissional dos diferentes agentes que compõem esse campo.¹ Para que os leitores possam entender um pouco das nossas angústias, como também a maneira como enxergamos este suplemento enquanto um material que pode ajudar na construção de políticas mais efetivas de segurança cidadã, gostaríamos de retroceder um pouco no tempo.

A atividade de policiamento se expandiu enormemente no Brasil nas últimas décadas, em parte, como decorrência do novo arranjo trazido pela Constituição Federal de 1988 e, também, como influência das legislações esparsas que procuraram regulamentar algumas instituições (como é o caso da Guarda Municipal) ou criar outras forças policiais (como é o caso da Polícia Penal). Fato é que a Carta Constitucional detalha o que as agências federais, estaduais e municipais devem fazer na perspectiva de garantir a segurança pública de todos os cidadãos brasileiros, mas deixa em aberto o “como”, sem qualquer sinalização da maneira pela qual as instituições policiais devem agir. É exatamente nesta lacuna que os artigos reunidos neste dossiê pretendem incidir.

Como demonstram os debates promovidos pelos distintos autores aqui reunidos, em que pese a existência de algumas políticas públicas induzidas pelo governo federal acerca de quais deveriam ser os conteúdos mínimos para a socialização profissional dos diferentes agentes que integram esse campo, poucas são as normativas que atualmente balizam as diversas atividades profissionais em questão. Com isso, abre-se espaço não apenas para currículos muito diferenciados a depender do que o ente federado entende como a missão de policiamento, como também para o questionamento do próprio processo acadêmico, muitas vezes interpretado como desnecessário, oneroso ou distanciado da prática. Especificamente essa última interpretação tem se mostrado bastante pernicioso na prática dos agentes de segurança pública pois coloca em risco a sobrevivência dos profissionais.

1 *Empregamos a categoria “socialização profissional” por abarcar também, recrutamento, seleção, formação e sistema de carreiras.*

No caso das polícias estaduais verifica-se que, como o policial – civil e/ou militar – não está munido de conteúdos relativos à tomada de decisão, proteção da vida e, até mesmo, capacidade de solução de problemas, a opção se torna “atirar primeiro e pensar depois”, o que pode explicar, de certa maneira, o crescimento das taxas de vitimização policial, como indicam os Anuários Brasileiros de Segurança Pública, também publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Por isso, esperamos que os textos aqui reunidos ajudem no trabalho de socialização profissional dos novos agentes de segurança pública numa perspectiva menos heroica e menos pautada pela “vocação para a guerra”. Desejamos que esses artigos sejam debatidos por recém-ingressados e também experimentados profissionais do campo sobre a importância de conteúdos acad micos que possam guiar a prática nas ruas, nas organiza es e nas prisões. Ansiamos, por fim, que esses textos possam conduzir o exercício profissional nas distintas academias e escolas colaborando para a constru o de políticas capazes de salvar a vida desses profissionais, evitando a sua exposi o   situa es de risco e também a diminui o da brutalidade e letalidade, que fazem do Brasil uma das primeiras posi es no ranking de violência policial.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Ludmila Ribeiro & Paula Poncioni

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇ A PÚBLICA**

EDIÇÃO ESPECIAL

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

MARLENE INÊS SPANIOL

Doutora em Ciências Sociais e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS, Oficial da Reserva da Brigada Militar/RS, Conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC) e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (Inct-INEAC).

RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO

Doutor em Sociologia pela UFRGS, Professor Titular da Escola de Direito da PUCRS, Bolsista de produtividade em pesquisa 1C do CNPq, Coordenador do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC), integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (Inct-INEAC).

FERNANDA BESTETTI DE VASCONCELLOS

Doutora em Ciências Sociais pela PUCRS, Coordenadora do PPG em Segurança Cidadã da UFRGS, integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (Inct-INEAC).

O presente Suplemento Especial é composto por 14 artigos do Dossiê intitulado “A Formação dos Profissionais de Segurança Pública”, e é resultado de projeto sobre formação policial no pós-doutoramento de Marlene Inês Spaniol no PPG em Ciências Criminais da PUCRS, com a supervisão do Professor Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, com aporte financeiro do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (Inct-INEAC) para sua concretização.

O campo de estudos sobre formação policial no Brasil se consolidou nas últimas décadas, após a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na tentativa de identificar as mudanças implementadas e seu impacto nas práticas policiais, levando em conta as tentativas de efetivar o rol de direitos e garantias individuais incluídos no art. 5º da CF. Do ponto de vista das políticas públicas voltadas para a formação policial, merecem destaque as diretrizes dos Planos Nacionais de Segurança Pública, da Matriz Curricular Nacional (MCN) e a criação da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), sendo que estas ações estão refletidas nos estudos e pesquisas que integram os artigos do presente dossiê.

O tema do profissionalismo dos integrantes do campo da segurança pública no Brasil é reiteradamente apontado como um conceito importante, capaz de orientar mudanças nas práticas e nos procedimentos dominantes das polícias brasileiras, no sentido de torná-la mais eficiente, responsável e efetiva nas suas atribuições.

Considerando que os primeiros contatos do profissional de segurança pública com a prática da atividade de polícia serão determinantes para a constituição do seu perfil profissional, e que a totalidade destes agentes públicos passa por um curso de formação antes de começar a exercer suas funções, é a partir destes dois vetores que o policial irá adquirir os conhecimentos teóricos e práticos que irão orientar a sua atuação.

Buscou-se reunir estudos e pesquisas sobre a formação profissional de todos os órgãos que integram o sistema nacional de segurança pública, assim como de diversos estados, pois cada órgão tem suas próprias escolas e academias, e esta se dá de maneira independente em cada instituição policial.

Os artigos selecionados contribuem para uma reflexão sobre os processos formativos de todos os órgãos policiais das forças federais (Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal) e estaduais (Polícias Civis, Polícias Militares, Bombeiros Militares) incluindo artigos sobre as recém-criadas Polícias Penais e sobre a formação das Guardas Civis Municipais.

O primeiro artigo, intitulado **“A questão da legitimidade policial na democracia – A educação policial em foco”** discute o tema da legitimidade policial, a partir da assertiva de que a legitimidade das autoridades e das instituições é uma questão central na democracia, explorando os padrões requeridos nesta perspectiva para a chamada “educação policial”, com vistas a moldar o comportamento dos policiais no tipo de policiamento almejado para o provimento da segurança pública democrática.

O segundo artigo, intitulado **“Conflitos em Formação: A experiência da convivência civil-militar no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social a distância da Universidade Federal Fluminense”**, identifica e discute as moralidades e os conflitos decorrentes da formação destes profissionais no curso da UFF, construindo o argumento a partir da experiência etnográfica dos autores na criação e coordenação do curso e na administração dos conflitos de ordem acadêmica surgidos no decorrer de seu desenvolvimento.

O terceiro artigo, intitulado **“Ensino Policial e Segurança Cidadã: As experiências brasileiras e o caso da PM do Rio Grande do Sul”**, faz um relato histórico das inovações brasileiras no ensino policial, voltando o foco à segurança cidadã e tomando como referência empírica a análise dos cursos de formação da Brigada Militar (BM/RS), apontando os avanços com a inserção da Matriz Curricular Nacional (MCN) e a ampliação no rol de disciplinas humanísticas.

O quarto artigo, intitulado **“Formação Profissional na Segurança Pública do RS: Análise a partir dos seus Cursos, suas Escolas e Academias de Polícia”**, trata da formação dos profissionais dos cinco órgãos que integram o Sistema Estadual de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul (RS): Brigada Militar (BM), Polícia Civil (PC), Instituto-Geral de Perícias (IGP), Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). A análise foi feita a partir de seus cursos, suas escolas e academias de polícia, apontando os avanços e desafios neste campo no período posterior à Constituição Federal de 1988 e à adoção da MCN com maior aderência às suas áreas temáticas e eixos articuladores.

O quinto artigo, intitulado **“A Pedagogia do Sofrimento em um Acampamento Bombeiro Militar”**, analisa os depoimentos testemunhais de alunos do Curso de Formação de Oficiais (CFO) do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) da Paraíba acerca de um evento pedagógico conhecido na cultura militarista por acampamento. O autor destaca que esta pedagogia militar aplicada a futuros profissionais em formação demonstra ambiguidades quanto às suas finalidades, despertando reflexões sobre a relação entre o respeito forçado à autoridade e a aprendizagem para o exercício de salvar vidas.

O sexto artigo, intitulado **“A formação em direitos humanos a partir de um olhar sobre o corpo docente da Academia da Polícia Civil de São Paulo”**, analisa o programa da disciplina “Direitos Humanos: Polícia Civil e a Diversidade”, ministrada nos cursos de formação da Academia da Polícia Civil de São Paulo, que passou por uma série de alterações ao longo dos anos, especialmente centradas na introdução de temas

como gênero, raça, diversidade sexual e deficiência. O artigo analisa se o corpo docente responsável pela disciplina recebeu formação inicial ou continuada para lidar com as novas demandas de ensino.

O sétimo artigo, intitulado **“Construção e Validação de Instrumento para Avaliação de Impacto de Treinamento em Profundidade do Curso de Formação Profissional da Polícia Federal”**, apresenta as etapas desta construção no Curso de Formação Profissional dos novos policiais federais, apontando que seu emprego é fundamental para aferir programas de treinamento realizados pelas polícias, avaliando se eles são adequados e eficazes para formar novos profissionais da área de segurança pública, possibilitando a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos que irão orientar a sua atuação.

O oitavo artigo, intitulado **“O Processo de Ensino Formativo em uma Instituição Policial estruturada em cargo único: O caso da Polícia Rodoviária Federal”**, investiga o processo de ensino do Curso de Formação da PRF nos anos de 2014 a 2016. A pesquisa indicou que o processo de ensino da instituição foi marcado por um planejamento simétrico e participativo, estruturação equilibrada entre aspectos teóricos e práticos das aulas, uso dos recursos didáticos contextualizados à atividade, avaliação quantitativa e qualitativa dos alunos e relações horizontais entre docentes e discentes, indicando que o processo de ensino formativo da PRF diferencia-se das formações verticalizadas, bacharelistas e de combate ao crime, mostrando-se uma alternativa viável para outras instituições de segurança pública.

O nono artigo, intitulado **“Qualificação e Política Penitenciária: O Currículo a serviço da Ordem e da Disciplina no Cárcere”**, lança luz sobre uma temática ainda pouco estudada, pois embora as produções científicas sobre o sistema penitenciário apresentem-se em quantidade suficiente para problematizar suas contradições, pouco se discute sobre os servidores que lá atuam e sobre a qualificação profissional que acessam. Observando os cursos realizados pela Escola Nacional de Serviços Penais, entre 2013 e 2019, ficou evidenciada a predominância do eixo de formação “Segurança e Disciplina”, onde as ações educacionais desenvolvidas privilegiam a manutenção de protocolos que primam pela neutralização dos apenados, em convergência com a política de controle penal predominante, voltada mais para a contenção do que para a reinserção social dos apenados.

O décimo artigo, intitulado **“Governança Democrática na Administração Prisional: Os Desafios da Formação dos Policiais Penais no Sistema Prisional Goiano”**, apresenta uma avaliação acerca dos processos formativos dentro do curso de formação dos Policiais Penais em Goiás, partindo de uma abordagem socioinstitucional da Administração Penitenciária, buscando evidenciar a capacidade dos servidores em formação para lidar com os problemas penitenciários, e avaliando o impacto dos processos de formação destes profissionais para concretização do direito fundamental à segurança pública como pressuposto da efetiva redemocratização brasileira. As autoras propõem diretrizes para construção de uma política com foco na responsividade dos atores do sistema prisional em direção à governança democrática como baliza de atuação dos policiais penais para o enfrentamento das crises interseccionais que marcam a realidade prisional brasileira.

O décimo primeiro artigo, intitulado **“Avaliação de Cursos de Formação Inicial de Policiais Militares: Um velho desafio para as novas Academias Integradas de Segurança Pública”**, se propõe a responder as seguintes indagações: Como avaliar um curso de formação de policiais militares, ou seja, saber se ele tem atendido aos anseios da sociedade que, em última instância, é sua principal beneficiária? Quais os desafios dessa avaliação no atual modelo de academias integradas de segurança pública, criadas no Brasil a partir do final da década de 1990 e existentes em alguns estados da Federação? O autor apresenta a auto avaliação como um método prático e válido para as instituições de ensino, especialmente as academias integradas, aferirem a qualidade da educação ministrada.

O décimo segundo artigo, intitulado **“A Teoria, na Prática, é outra coisa!” – Socialização “Escolar”, Estrutura Bipartida e Conflitos na Polícia Militar/RJ**, aponta algumas implicações estruturais de representações e práticas organizadas em torno da implementação da política de formação profissional esboçada pela extinta Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SESEG) entre os anos de 2008 e 2017, período conhecido pela chamada *política de pacificação*. O texto explora a forma como o discurso da *pacificação* era consumido nos espaços ditos “escolarizados” de socialização da PMERJ, revelando como a desautorização de discursos identificados com um funcionamento “ideal” das instituições produziu uma tensão estrutural de fundo, fazendo com que noções como *mudança* e *continuidade* atravessassem o cotidiano do referido projeto de formação profissional, que era também um projeto de consolidação de uma “nova polícia”.

O décimo terceiro artigo, intitulado **“Reafirmando Identidades: Demanda por Reconhecimento e “Respeito” no Curso de Formação Profissional dos Agentes da Guarda Civil Municipal de Niterói**”, analisa o debate sobre a implementação do armamento letal na Guarda Civil Municipal (GCM) de Niterói a partir do acompanhamento da sua introdução no curso de formação profissional aos agentes. Durante o curso, permeado de militarismo, os alunos são submetidos à prática constante da ordem unida e, por fim, à rotina de patrulha, introduzindo-os à “prática da rua”. O contato com esses hábitos faz surgir nos agentes o anseio pelo uso de armas letais, vendo-as como fator determinante na sua identidade, especialmente para desvinculá-los de uma imagem inferiorizada, apelidada de “guardinhas”. O artigo explora os pontos de interseção entre o processo de militarização da GCM de Niterói e a busca de seus agentes pelo “respeito” da população, tendo por base seu processo de formação e suas demandas pela implementação do armamento.

O décimo quarto e último artigo, intitulado **“Competências e impactos do Mestrado Profissional: O caso do Programa de Pós-Graduação Profissional em Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia”** (UFBA) discute as competências e impactos dos mestrados profissionais em segurança pública a partir dos resultados da avaliação de egressos da Pós-Graduação Profissional em Segurança Pública da UFBA. Foi analisada a interação entre a universidade e o campo profissional a partir de relatos de ex-alunos, entendidos como pesquisadores práticos. A pesquisa sugere que estes estão mais conscientes do papel social de sua profissão, com maior capacidade para pensar de forma crítica sua realidade profissional, analisar o ambiente interno e externo de suas organizações e tomar decisões com potencial de impacto.

O conjunto de contribuições reunidas no presente dossiê demonstra a importância do tema da formação policial, assim como o amadurecimento do campo de pesquisa sobre o mesmo. Pelos resultados aqui apresentados e discutidos, percebe-se que analisar os diferentes âmbitos e programas de formação, seu impacto sobre as práticas policiais e a distância entre o currículo dos cursos de formação e as mentalidades que permeiam o campo policial se colocam como desafios importantes e como uma agenda de pesquisa absolutamente atual e necessária para a compreensão dos dilemas e contradições que marcam as relações entre as policiais e a sociedade brasileira.

Boa leitura!